

**Mulheres em processo de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos em Joinville/SC:
narrativas e memórias**

Eleni Lechinski¹, CEFET/SC
eleni_lechinski@yahoo.com.br

Esta pesquisa teve como objetivo discutir a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA)² na construção e reconstrução dos valores identitários dos seus educandos, que iniciam ou recomeçam os estudos depois de adultos. Para tanto, o enfoque dado priorizou relatos e experiências de vida de 4 (quatro) mulheres que participaram diretamente do processo de investigação desse trabalho.

A pesquisa desenvolveu-se por meio das narrativas e análises do cotidiano e das experiências de vida dessas mulheres/estudantes da EJA em Joinville, na unidade escolar Professora Maria Amin Ghanem (Rede Estadual) no Bairro Aventureiro.

Sair da subalternidade do espaço doméstico e ir à busca da sua emancipação não foram tarefas fáceis para as mulheres. Essa mudança no cotidiano contribui no processo de liberdade da mulher que sai da situação oculta do espaço doméstico para o âmbito social em busca dos esclarecimentos dos seus direitos e a partir dessa realidade, promovem sua inserção no contexto em que vive. A alfabetização vai além de ler e escrever, ela oportuniza a libertação do sujeito perante sua comunidade como registra Freire (1982, p. 16)³, acreditamos que “mais que escrever e ler que a ‘a asa é da ave’, os alfabetizandos necessitam perceber a necessidade de outro aprendizado: o de ‘escrever’ a sua vida, o de ‘ler’ a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos”. Numa sociedade estruturada pelo código da escrita é comum pensar que, a inserção social do sujeito depende do conhecimento que a alfabetização possibilita.

O analfabetismo e a cidadania negada na tenra idade

A luta para acabar com o analfabetismo no Brasil é histórica. No início do século passado a pressão para erradicar o analfabetismo vinha da sociedade industrial, carente de mão-de-obra especializada. Diversos projetos de alfabetização surgiram, mas foram os movimentos sociais que

¹ Professora de História da rede Estadual do Estado de Santa Catarina. Especialista em Educação Básica e Educação de Jovens e Adultos pelo CEFETSC – Joinville/SC.

² EJA – Educação de Jovens e Adultos – Esta sigla será utilizada no decorrer deste trabalho.

³ FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1982.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

deram as bases para a escolarização de jovens e adultos que temos hoje. O regime militar (1964-1985) tentou de várias formas abafar essas iniciativas como os Centros Populares e o Movimento de Educação de Base, entre outros, propondo o Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL⁴.

A região do Brasil segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep⁵ com maior taxa de analfabetismo é o Nordeste, com 26,2%. Somente no Estado de Alagoas, a taxa é de 33,4%. Com menor índice de analfabetismo destaca-se o Sul, com 7,7%, e o estado com menor taxa é Santa Catarina 6,3%. Num comparativo com relação ao gênero, a taxa de analfabetismo, faixa etária dos 15 anos ou mais, encontra pouca variação: 2,4% no masculino e 2,3% no feminino. Foram as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2000 que definiram os objetivos da EJA: restaurar e garantir o direito à educação a todos os sujeitos que de alguma forma foram impedidos de estudar quando mais jovens, oferecendo a eles igualdade de oportunidades para a entrada e permanência no mercado de trabalho e qualificação para uma educação permanente.

O assunto “mulher na sala-de-aula” nas últimas décadas encontra-se na pauta de importantes conferências da ONU⁶ e da UNESCO⁷. Discussões sobre a importância da alfabetização da mulher vem ganhando espaços, na agenda das grandes conferências e no plano das políticas educacionais. Segundo Fúlvia Rosemberg (2001, p. 516)⁸, uma tríplice aliança, formada pelas organizações multilaterais (UNESCO, UNIFEM⁹ e OCDE¹⁰), bem como os movimentos feministas e as políticas de governos nacionais e internacionais que, historicamente, já levantam a bandeira da educação da mulher com objetivo de maior igualdade entre os gêneros e possibilitar o desenvolvimento sustentável da sociedade. Todas as discussões sobre a desigualdade de gênero apontam a necessidade de se implantar políticas educacionais que objetivem eliminar as

⁴ Movimento Brasileiro de Alfabetização.

⁵ Dados fornecidos pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira).

⁶ Agenda Internacional da ONU (Organização das Nações Unidas) voltada para a mulher a partir da década de 1970: I Conferência Internacional da Mulher (México-1975) e Ano Internacional da Mulher, proclamado pela Assembléia Geral da ONU e incorporação de assuntos relativos à mulher no programa da ONU; Décênio das Nações Unidas para a Mulher (1976/85) e iniciativa para exame da condição e dos direitos da mulher; II Conferência (Copenhagem – 1980), aprovação sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a mulher, que entrou em vigor em 1981; III Conferência (Nairóbi – 1985): Exame e Avaliação dos Resultados do Décênio para a Mulher e a aprovação das Estatísticas orientadas para o futuro, tendo em vista o progresso da Mulher até o ano 2000; IV Conferência Mundial da Mulher (1985). Outros eventos que incluíram a discussão sobre a condição feminina em suas pautas, na década de 1990.

⁷ UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁸ ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.27, n. 1, 2001.

⁹ Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

¹⁰ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

discriminações contra as mulheres e garantir, juridicamente, maior participação delas nos setores da sociedade com salários mais justos.

A situação do analfabetismo feminino pode, portanto, ser entendida como reflexo do período colonial no Brasil e principalmente do tardio acesso à escolarização, praticamente a partir de 1940 e, mesmo assim, até há pouco tempo estava assentado nas entrelinhas da sociedade que a escolarização se resumia numa leitura necessária ao entendimento do livro de rezas e das receitas culinárias. As conquistas femininas revelam-se igualmente um excelente indicador de crescimento econômico, político e social. Como afirmou Amartya Sen¹¹, somente a expansão das liberdades e seu usufruto podem levar o país a uma igualdade de gênero mais justa perante o contexto da sociedade.

O discurso da resistência ao acesso da mulher à instrução era como descrito por Nísia Floresta em seu famoso **Opúsculo Humanitário**¹². Foi esse livro que deu à autora o título de precursora do feminismo no Brasil e até mesmo da América Latina, pois não existem registros de textos anteriores realizados com estas intenções.

Todas as imposições sociais que impediram o acesso da mulher à escolarização justificam até hoje o número de mulheres analfabetas superior ao número de homens.

O domínio do código escrito possibilita aos sujeitos o conhecimento dos papéis sociais presentes no cotidiano, bem como a construção dos valores identitários de forma mais independente.

Ao analisarmos os motivos que impossibilitaram o acesso à escolarização desse grupo de mulheres, temos como situação principal a condição feminina que tinha seu papel definido pelas relações de poder controladas pelo patriarcalismo histórico. Os relatos de Dona Lia (61 anos) confirmam esse contexto. O pai aparece como figura responsável pelo seu analfabetismo, pois foi ele quem a impediu de estudar quando mais jovem permitindo que começasse seus estudos aos 14 anos de idade. Segundos suas palavras, seu pai dizia “*que filha mulher não precisa estudar, porque amanhã ou depois casa e fica dentro da casa como a mãe*”. Assim como Dona Lia, muitas outras mulheres da sua geração enfrentavam esses estigmas da condição feminina da época.

Mesmo com toda essa barreira, Dona Lia conseguiu estudar mais ou menos um ano, mas que segundo, ela mal conseguiu assinar seu nome. Hoje ela fala com bastante entusiasmo: “*além de assinar bem o meu nome consigo ler as placas*”.

¹¹ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹² FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário**. Introdução e Notas de Peggy Charpe Valadares. Editora Cortez: São Paulo, 1989 p. 34.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Outra situação que deixava Dona Lia constrangida era sua idade. Quando seu pai permitiu que estudasse, já era uma “mocinha” e, isso para a época era vergonhoso estar numa sala de aula. Uma jovem que já tivesse seu ciclo menstrual deveria estar pensando em arrumar um bom marido e não estudando, era o que, conforme ela, seu pai falava. Essa questão da idade foi um dos principais motivos para que ela desistisse de estudar, também porque tinha que cuidar dos seus 11 (onze) irmãos para que sua mãe fosse para a roça ajudar no sustento da família.

As lembranças da vontade de estudar quando jovem ficaram registradas na sua memória. Hoje relata *“Nossa! éramos algumas moças de 14 anos de idade, todas com muita vontade de estudar, até que um senhor ficou com pena de nós e cedeu uma sala da sua casa para uma moça dar aula para nós, só que ela faltava muito aí não aprendemos nada”*.

Nas suas palavras fica clara a luta para vencer o analfabetismo e poder fazer parte do universo do entendimento dos códigos da escrita.

O pai aparece o tempo todo durante a entrevista, percebe-se tamanha imposição patriarcal no seu cotidiano de jovem. Sua mãe era analfabeta, porém foi sempre uma esposa obediente e dedicada. De acordo com suas colocações, fica claro que tanto ela quanto as demais mulheres da sua família eram subjugadas às decisões do pai e, mais tarde, do marido.

As histórias se esbarram o tempo todo, pois o “personagem” pai aparece em todas as falas com as mesmas características.

Viajando nas histórias da Dona Zilda (55 anos) fomos buscar os motivos que impossibilitaram seu acesso à escolarização quando mais jovem e novamente aparece a figura impositiva do pai. Na sua fala, quando o pai decidiu liberá-la para os estudos, já estava com 11 anos e já era “mocinha”, assim como na situação da Dona Lia, sentia-se envergonhada para ir à escola, pois seu pai já estava de olho no seu futuro marido. Todas da sua época não poderiam desobedecer ordens do pai.

Para Dona Zilda era constrangedor ir para a escola moça, *“meu pai colocou- nos muito tarde na escola, daí a gente não aprendeu nada, além da vergonha de ser ‘moça’ no meio das crianças”*. Assim como Dona Zilda, outras mulheres da sua geração passavam pela mesma situação da condição feminina. Ao olhar do patriarcalismo, determinações ao comportamento da mulher eram postas em prática, desde muito cedo tinham que se dedicar às atividades domésticas, cuidar de seus irmãos mais novos e ir para a roça.

As perspectivas de vida giravam em torno do casamento, sabiam que tinham que ser mulheres obedientes para então arrumar um “bom marido”. Essa idealização tinha até certo desejo

de liberdade, mas nem sempre acontecia como imaginavam, pois em alguns casos os maridos tinham o mesmo perfil do pai ou eram mais severos no que representava à condição da mulher.

Hoje a sociedade, mesmo num trabalho de “formiguinhas”, tem tentado mudar um pouco essa realidade, principalmente a partir do momento em que essas cidadãs, que muito foram excluídas de seus direitos, buscam nas salas de aulas da EJA o conhecimento que lhes proporciona esclarecimentos dos seus papéis sociais do cotidiano e maior igualdade entre os gêneros.

Para Dona Zilda hoje as coisas estão melhores *“estou estudando e meu marido até está gostando, não vou parar não, já falei para ele. Gostaria que ele também estudasse, mas ele é cabeça dura”*. Percebemos nesse pequeno registro que a instrução influenciou na melhora da qualidade de vida, além do desejo de continuar estudando.

As dificuldades financeiras e a distância da escola também dificultavam o acesso ao conhecimento, pois eram horas de caminhada, como conta Dona Dejanira (65 anos): *“Comecei a estudar quando tinha 11 anos, mas era muito longe não tinha ônibus, nada tinha naquela época, era tudo difícil e não aprendia nada. Sou do tempo que tinha que escrever na pedra, aquela pedra quadrada, a gente escrevia e depois pegava um pano molhado e apagava para usar novamente”*.

Ouvindo a história de Dona Dejanira, percebemos que as dificuldades para ir à escola eram muitas, porém a situação ficava mais difícil para as mulheres, isso se dava pela própria condição a que elas eram submetidas. Mas quando conseguiam autorização de seu pai para estudarem, não mediam esforços.

A escola que ela nos relata, onde freqüentou poucos meses, não tinha cadernos e nem livros, apenas uma professora muito brava. Os livros são importantes na visão de Dona Dejanira *“um livro sempre é um livro, tinha muita vontade de ler um livro, mas não conseguia ler nem a Bíblia imagina!”*. A felicidade dessa mulher hoje é que consegue ler a Bíblia e as receitas culinárias, além dos pontos de tricô que as revistas trazem.

As dificuldades financeiras e a própria condição de ser mulher trazem marcas dolorosas, lembranças durante a entrevista, por vários momentos a emoção tomava conta do rosto de Dona Dejanira, era como se ela estivesse vivendo aquele momento ainda. Sua pequena passagem pela escola ela não esquece, pois foi marcada por muitas dificuldades *“a gente não tinha nem tênis, ninguém conhecia tênis, era tamanco de pau, era de madeira mesmo, tinha que caminhar com jeito porque senão caia, resvalava na geada”*.

Dona Dejanira, hoje aos 65 anos de idade, continua brigando pelos seus direitos sociais negados e é na sala de aula da EJA que junto à professora busca informações para resolver situações como, por exemplo, sua aposentadoria que ainda não saiu. Trabalhou muitos anos na casa de um

médico bem-sucedido, que nunca pagou seus encargos sociais. Ela lamenta quando diz: *“sabe, eu era analfabeta você sabe como é que a gente fica sem saber como questionar, aí eles enganam do jeito que eles querem”*.

O analfabeto torna-se impotente diante dos fatos do cotidiano que oprimem. Esse relato evidencia as sequelas que o analfabetismo deixa nas pessoas, ou seja, hoje ela está ciente de que foi enganada e de que não sabia reivindicar seus direitos.

A vida no campo e as dificuldades financeiras também fizeram parte do cotidiano de Dona Angelina (52 anos), que ficou órfã aos 8 anos de idade e teve que cuidar dos seus 5 (cinco) irmãos menores. *“Tive que cuidar dos meus irmãos menores e não tinha como estudar, até tentei começar os estudos, mas foi uma semana, na outra já tive que parar, pois meu pai tinha que ir para a roça e era obrigada a cuidar das crianças”*.

Dona Angelina ajudou seu pai acriar seus irmãos com muita dificuldade, pois na maioria das vezes ele tinha que cuidar da roça sozinho e os recursos para trabalhar na agricultura eram precários. As dificuldades eram muitas, seu pai não tinha condições de pagar quem pudesse ajudá-lo, segundo ela era triste ver a situação e pouco poder ajudar.

A esperança de mudar a situação pairava no pensamento do “tempo”, diz ela:

Queria que o tempo passasse rápido para ficar moça e poder trabalhar para ajudar meu pai. Então fiquei ‘mocinha’ fui trabalhar fora, mas continuei cuidando de crianças, foi o único emprego que consegui aí que não deu jeito de estudar mesmo. Quando vim embora para a cidade, arrumei outro emprego novamente para cuidar de crianças, ou seja, a minha vida até agora é cuidar de crianças.

Dona Angelina, aos 52 anos de idade passou boa parte da sua vida cuidando de crianças, situação esta que impossibilitou seu acesso à escolarização quando jovem. Ela está estudando hoje, conforme suas palavras, porque na casa onde trabalha as crianças já cresceram e então o patrão liberou que ela estudasse. Mas tem ainda uma responsabilidade familiar, não a de cuidar dos seus irmãos, mas de seu pai que hoje é uma pessoa idosa com limitações físicas e necessita de cuidados e companhia. Toda sua vida até agora foi cuidar dos “outros”, não casou e nem teve filhos *“não tive tempo de me divertir, nem de namorar, sou envergonhada e também o tempo passou”*.

Para Dona Angelina os motivos que impediram seu acesso aos estudos não foi o pai, mas sim as responsabilidades que teve que assumir muito cedo, além das dificuldades financeiras da sua família. Mas ela fala com bastante entusiasmo de que, apesar de tudo, hoje ela está feliz por estar estudando, além de conhecer melhor seu papel enquanto mulher e cidadã.

Sala de aula: mudanças, realizações e inserção social

A alfabetização pode possibilitar caminhos para a libertação dos sujeitos, porém o maior destaque aparece no fortalecimento da autoestima e da autoconfiança, como também a melhora na qualidade de vida. A EJA participa ativamente por meio das suas ações pedagógicas nos processos de esclarecimentos que possibilitam compreender melhor o contexto social em que vivemos, são ferramentas fundamentais para a compreensão dos papéis sociais e das relações de gênero presentes no cotidiano.

As mudanças que a alfabetização constituiu na vida de cada uma dessas cidadãs envolvidas em nosso trabalho são plausíveis no que diz respeito ao seu posicionamento enquanto mulher diante das relações sociais do cotidiano.

Dona Lia não encontra palavras que justifiquem o que ela sente hoje, alfabetizada depois de tantos anos à espera desse momento. *“Ah! muitas coisas mudaram, conheço as palavras, as letras, sei falar melhor com as pessoas, perdi aquele medo e vergonha de sair de casa. Sinto-me com coragem para resolver qualquer coisa do meu dia-a-dia. Antes não tinha coragem de falar com meu chefe, agora falo... Sinto-me importante”*. A alfabetização na vida da Dona Lia foi decisiva na construção dos seus valores identitários, seu posicionamento perante seu local de trabalho e a sua participação de forma mais independente nas relações sociais da comunidade em que vive.

Percebe-se no relato da Dona Lia firmeza e posicionamento em sua voz quando diz ter claro seu papel na sua comunidade. Sabe que pelo fato de ser mulher precisa continuar brigando pelos seus direitos, mas garante que agora ninguém consegue enganá-la com facilidade, pois conhece seus direitos e deveres enquanto cidadã. *“Hoje meu chefe continua pedindo as coisas e me mandando fazer algo, só que agora pede com jeito, porque sabe que se não falar direito comigo, eu revido”*. Essa história do chefe que Dona Lia nos conta são vestígios presentes no cotidiano, marcado por “ordens machistas” que não respeitam a mulher e tão pouco valorizam seu papel na sociedade.

Para Dona Zilda a alfabetização na sua vida é sinônimo de dignidade, pois tinha como documento apenas a Certidão de Nascimento, mas que alimentava um sonho de um dia poder fazer todos os seus documentos. Eis que ela conseguiu.

Estou muito feliz, a coisa que eu mais queria era fazer a identidade, então aprendi a escrever meu nome ZILDA e mais o sobrenome PEREIRA, agora escrevo os dois, só por Deus mulher. A professora falou que eu já estava escrevendo meu nome certo, então aproveitei o mutirão da cidadania que teve aqui na comunidade e fui

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

correndo fazer minha identidade. Agora quero fazer os outros documentos, assim igual de uma pessoa normal.

Ao relatar sua história Dona Zilda fica emocionada, pois de repente o que para muitos seria normal fazer os documentos, para ela era o maior sonho. Muito feliz nos mostrou sua identidade e disse: *“aonde vou levo comigo, aqui está minha foto e meus dados”*. Foi impressionante ouvir e registrar suas palavras. Após a conversa com Dona Zilda, percebemos que escrever o nome e ter seus documentos significa a própria identidade, ou seja, é a confirmação do “EU” enquanto sujeito social. Dona Zilda, com a história dos seus documentos, nos passa a ideia de sentir-se incluída na sociedade. Além de que não se sentia “normal” sem seus documentos. Para ela, ter seus documentos assinados é a prova do seu registro enquanto cidadã.

Poder ler um livro, a Bíblia tão citada durante o processo de elaboração desse trabalho, é algo extraordinário na fala da Dona Dejanira. Ler, mesmo que só para si, já é fantástico segundo ela *“Me sinto muito feliz porque já consigo e posso ler. Para o público ainda não, mas logo vou conseguir, pode esperar, estou me esforçando um monte. Leio pouca coisa na igreja, mas leio todos os dias em casa antes de dormir”*.

Para Dona Dejanira conseguir ler a Bíblia e os pontos de tricô já a deixa feliz e realizada. *“Aprendi a fazer tricô cedo, mas sempre fazia poucos pontos. Às vezes pegava as revistas, olhava, olhava e não conseguia entender nada das informações dos pontos, hoje pego a revista e faço todos os pontos, porque sei ler e entender como fazer, isso me deixa realizada porque fiquei anos da minha vida querendo fazer um tricô diferente”*.

O trabalho de tricô é sua principal fonte de economia, é com ele que ela sustenta sua casa e paga seu carnê para então conseguir aposentar-se. No caso da aposentadoria da Dona Dejanira faltam quase dois anos de contribuição.

Já Dona Angelina, que pretende continuar seus estudos, registra com bastante entusiasmo.

A mudança mais importante que aconteceu depois que comecei a estudar é que aprendi a ler e escrever acho isso o máximo na minha vida. Fiquei tão feliz quando percebi que estava lendo as placas dos ônibus e outros letreiros da cidade. Não preciso ficar mais pedindo para os outros que leiam para mim, agora eu sei. Era muito chato, sentia vergonha, não gostava de sair de casa, só ia à igreja e ficava bem quieta para ninguém puxar conversa comigo, tinha medo de falar, só por Deus eu não conhecia nem dinheiro, agora vou às compras e ninguém me engana, conheço todas as notas.

Dona Angelina se considera uma pessoa independente, sabe administrar seu dinheiro, não precisa mais pedir que os outros leiam as placas e outros documentos para ela.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

A alfabetização provou transformações sociais na vida das nossas entrevistadas, significou o encaminhamento ao desenvolvimento de suas potencialidades e a inserção na sociedade e no mercado de trabalho, a exemplo da história da Dona Dejanira com seu tricô.

A busca pelo conhecimento gira em torno da realização de sonhos que vão da condição de ler e escrever, como também às conquistas materiais, através da colocação no mercado de trabalho.

Os relatos foram seguidos de emoções e sentimentos por parte dos sujeitos que acabaram expondo suas histórias, suas expectativas e tudo o que a alfabetização provoca de mudanças no individual e no coletivo da vida em sociedade.

Ficou confirma que o acesso e o domínio do código escrito na vida dessas educandas da EJA em Joinville/SC foram determinantes para que elas conseguissem seu posicionamento diante das relações sociais na família e na própria comunidade.